

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA

**NOVEMBADA, REVOLTA CATARINENSE CONTRA A DITADURA: DAS
IMPRESSÕES DO MOMENTO AS INTERPRETAÇÕES POSTERIORES**

**CRICIÚMA
2013**

PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA

**NOVEMBADA, REVOLTA CATARINENSE CONTRA A DITADURA: DAS
IMPRESSÕES DO MOMENTO AS INTERPRETAÇÕES POSTERIORES**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para
obtenção do grau de bacharel e licenciado no Curso de
História da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

**CRICIÚMA
2013**

PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA

**NOVEMBRADEIRA, REVOLTA CATARINENSE CONTRA A DITADURA: DAS
IMPRESSÕES DO MOMENTO AS INTERPRETAÇÕES POSTERIORES**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel e Licenciado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Política.

Criciúma 10 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto – UNESC - Orientador

Prof. Dr. Antônio Luiz Miranda - UFFS

Prof. Dr. Carlos Renato Carola - UNESC

Para minha família, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Leandra Vieira, pela dedicação, apoio e paciência, durante toda a minha vida, e principalmente nos últimos quatro anos. Agradeço ainda ao meu pai e minha irmã.

Agradeço a todos os professores e professoras do Curso de Historia da UNESC, que agora fazem parte da minha história. Obrigado por compartilhar seus conhecimentos, me permitindo trazer um pouco da essência de cada um para constituir minha formação, não só acadêmica, mas, minha formação como ser humano.

Agradeço aos demais professores que tive durante a graduação, que contribuíram igualmente. E a querida e sempre paciente secretaria do curso, Zeli.

Agradeço ao meu orientador, prof^o João Henrique Zanelatto, pela sua atenção, disponibilidade e por acreditar em mim para realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas, pelas parcerias e a amizades. Em especial as minhas queridas amigas Gislaine, Suelen e Verônica, pois sem elas este caminho teria sido mais difícil, e com certeza menos divertido.

Agradeço os demais familiares e amigos que me incentivaram, e compreenderam minhas ausências em alguns momentos da graduação, principalmente nos últimos meses durante a elaboração deste trabalho.

O meu sincero, muito obrigada!

“Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição.”

Geraldo Vandré

RESUMO

Este trabalho aborda como temática a Novembrada, manifestação dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC liderada pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE da universidade, em protesto a visita do último presidente militar João Batista Figueiredo em 30 de novembro de 1979, da qual teve adesão popular. A presente pesquisa tem por objeto de estudo a imprensa, principalmente as reportagens do mês de dezembro de 1979; as três obras bibliográficas existentes sobre o assunto; e o curta-metragem “Novembrada”. Desta forma tem por objetivo fazer uma análise de como a Novembrada foi interpretada nestes meios.

Palavras-chave: Novembrada. Imprensa. Historiografia. Cinema.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. A NOVENBRADA E O CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA.....	11
1.1 O NOVO SINDICALISMO X DITADURA.....	14
1.2 IGREJA E RESISTÊNCIA: O PAPEL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.....	17
2.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL	20
2. NOVENBRADA: IMPRENSA, HISTORIOGRAFIA E CINEMA.....	26
2.1 NOVENBRADA E A IMPRENSA.....	27
2.2 HISTORIOGRAFIA DA NOVENBRADA: A HEGEMONIA DOS JORNALISTA	30
2.3 A NOVENBRADA CHEGA AO CINEMA.....	38
3. CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo fazer a análise de como a Novembrada foi interpretada pela imprensa, pelas produções bibliográficas e pelo cinema. Análise esta, feita com a intenção de entender qual foi a compreensão sobre o episódio, e assim, contribuindo para futuras pesquisas sobre o assunto. O recorte temporal abrange 1979 a 2005, pois as fontes de análise foram constituídas dentro deste período.

Este trabalho fundamentou-se na renovada história política, logo, como referencial tem-se as reflexões do historiador da nova história política, René Rémond¹. Segundo ele, a história política em primeiro momento direcionava-se somente para quem tinha o poder, o soberano, com a queda do regime monárquico ela sofre uma transformação, e volta-se para o estudo do Estado e da nação, dando destaque a formação dos Estados nacionais, lutas por emancipação, revoluções de cunho político, a inserção da democracia, disputas partidárias e de ideologias políticas. Contudo, Rémond analisa ainda que ao privilegiar o particular, o nacional, a história política perde o caráter científico, pois renuncia a comparações no espaço e no tempo, bloqueando generalizações e sínteses, que atribuem ao trabalho do historiador político o peso científico.

Para Rémond os novos caminhos da história política compreendem o surgimento de uma democracia política e social, com o olhar voltado para as massas. E explica que a prova disso é a atração que a política e as relações de poder têm sobre agrupamentos do qual a finalidade não era prioritariamente política, em exemplo: associações de todos os tipos, organizações sócio-profissionais, sindicatos e igrejas.

Para abordar essas “organizações”, tem-se como referencial Eder Sader,² este ao estudar os movimentos sociais em São Paulo na década de 1980 aponta para o aparecimento de um novo sujeito, que ele chama de sujeito coletivo. Foi esta noção de sujeito coletivo que se utilizou nesta pesquisa. Segundo Sader, o “novo sujeito” aparece espontaneamente nos movimentos sociais, por ser um sujeito coletivo e descentralizado, desprovido do individualismo efetivo até então. O “novo sujeito” exposto por Sader não só estava nos movimentos sociais populares, como se inseria na organização, defendia a autonomia dos movimentos rompendo com

1 RÉMOND, René. . **Por uma história política**. 2.ed Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. P. 464.

2 SADER, Eder, **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

a tradição sócio política. A novembrada colocou em evidência estes novos sujeitos – estudantes, mulheres e trabalhadores em geral que confrontaram ditadura.

Os movimentos sociais apresentados neste trabalho são contextualizados no período de Ditadura Militar. Para uma melhor compreensão deste momento da história do Brasil, fez-se uma revisão da literatura sobre o tema. Dentre elas destacam-se os estudos de Elio Gaspari. Autor de uma coleção de livros sobre Ditadura, *A Ditadura envergonhada, escancarada, derrotada e encurralada*, publicadas entre 2002 e 2004. Cada obra abrange um momento diferente do militarismo, o golpe, as atitudes de repressão e o fim do período, com as lutas pela redemocratização. São abordagens gerais, não assumindo uma perspectiva temática.

Como referencial teórico para falar de imprensa usa-se Cruz e Peixoto,³ as autoras expõem que o uso de periódicos em pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas vem se disseminando. Expõem que eles não aparecem somente como fonte, mas também como objetos de análise, neste trabalho sendo utilizados de ambas as maneiras.

Para a análise historiográfica são utilizados os livros “A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis” do Robert Henry Srouf; “A Revolta em Florianópolis: A Novembrada de 1979” de Luis Felipe Miguel; “Novembrada: Um relato da revolta popular” de Moacir Pereira. Em comum elas têm a característica de serem obras com caráter jornalístico, evidenciando que escrever sobre este tema não ficou a cargo dos historiadores. No entanto, nos anos dois mil apareceram pesquisas historiográficas sobre a Novembrada, resultantes de trabalhos acadêmicos, em exemplo, a pesquisa resultante da monografia da historiadora Juliana Sartori, que aparece neste trabalho.

Como referencial para contextualizar a Novembrada no cinema, é utilizado Marcos Napolitano⁴. Ele analisa que o cinema descobriu a história antes de a história descobri-lo como fonte de pesquisa e de aprendizagem, assim, divide a relação entre cinema e história em três possibilidades: O cinema na história; a história no cinema e a história do cinema. O filme “Novembrada” se encaixa na segunda linha, já que a manifestação histórica iniciada pelos estudantes em 30 de novembro de 1979 foi parar no cinema.

O trabalho foi dividido em dois capítulos: o primeiro intitulado “A Novembrada e o contexto da abertura política”, discute o processo de redemocratização do Brasil na década de 70,

3 CRUZ, Heloisa da Faria; PEIXOTO, Maria R. C.. **Na oficina do historiador**: Conversas sobre historia e imprensa. In. Projeto História, São Paulo, nº 35, p.1 – 413, dezembro, 2007.

4 NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In PINSKY, Carla Bassanezi.(Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

através dos movimentos sociais que estavam surgindo, ou ressurgindo. Dentre eles, os que aqui serão contextualizados: o novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base e o movimento estudantil, a qual a Novembrada se insere.

O segundo capítulo intitulado “A Novembrada na imprensa, na historiografia e no cinema”, é dividido em três partes e aborda a análise objetivo deste trabalho. Primeiramente apresenta como a imprensa retratou a manifestação, em seguida, como os escritores abordaram o tema em seus livros, e num terceiro momento como o cinema refletiu a Novembrada.

Capítulo I

1. A NOVEMBRADEIRA: O CONTEXTO DA ABERTURA POLITICA E O CRESCIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Florianópolis, 30 de novembro de 1979. Estudantes liderados pelo DCE (Diretório Central do Estudante) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) organizam uma passeata até a praça XV. Localizada em frente ao Palácio Cruz e Souza, sede do governo estadual na época e onde se encontrava o então presidente da república, João Figueiredo. O protesto que ficou conhecido como a Novembrada, reivindicava desde a situação social de pobreza da população até os exorbitantes gastos para receber o presidente em Florianópolis, e claro, a Ditadura Militar que se vivia no Brasil.

Neste período havia preocupação com a criação de uma verdade oficial, ou seja, havia um controle sobre as informações políticas, econômicas e sociais que chegavam até o povo. Considerando que o governo militar tinha controle sobre os meios de comunicação de massa, fazer isso não era complicado.

Em Santa Catarina não foi diferente, procurou-se abafar a manifestação e criar uma ‘verdade’, dizendo que o protesto na capital catarinense foi feito por um pequeno grupo de estudantes, quando na verdade - não oficial - o protesto foi apenas iniciado por esse grupo. Posteriormente teve apoio da população e dos taxistas, que protestavam contra o aumento da gasolina, tendo proporções bem maiores do que se esperava.

Diante do exposto e considerando o descontentamento da multidão que foi às ruas em Florianópolis, surge à questão: Como estava a situação política e econômica no Brasil no período? E em Santa Catarina? Entende-se ser de fundamental importância evidenciar o contexto brasileiro e catarinense para uma melhor compreensão da novembrada.

O Brasil na década de 1970 vinha sofrendo um processo de abertura política, ocasionado por mudanças econômicas e sociais. Depois do exorbitante crescimento da economia brasileira entre os anos de 1968 e 1973, o chamado “Milagre Econômico”, o Brasil inicia um momento de tensão, estimulado pela crise mundial do petróleo. Entretanto, o “milagre” havia possibilitado uma reserva na econômica do país, logo, “o impacto da crise petrolífera de 1973 não

foi tão terrível quanto parece, sua continuidade em meados dos anos 1970 acabou por sangrar fortemente a economia brasileira”⁵, assim gerando agitação interna.

Francisco Carlos Teixeira da Silva⁶ explica que o Brasil pode atravessar a crise petrolífera sem turbulências entre os anos 73-74. Descartando a possibilidade de a mesma ter desempenhado um papel fundamental para a desestabilidade política do Regime militar brasileiro. Porém, serviu para dar um direcionamento, “levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar.”⁷

Todavia, existem abordagens que explicam que a crise era essencialmente econômica, pois, houve uma paralisação econômica interna, ocasionando desemprego e inflação, dentre outros. Mas há também outras explicações que defendem que o país atravessava uma crise moral, pois as desordens do militarismo começam a ser denunciada, até mesmo pela imprensa, ou seja, já era notável que estava ocorrendo mudanças. Econômica ou moral, desencadeava em uma crise muito maior, a do Militarismo, proporcionando o processo de abertura política.

Na verdade, a crise econômica e a crise moral são apenas aspectos de uma crise maior - a crise político-institucional. O que está em crise hoje no Brasil é o regime autoritário e, em segundo lugar, o padrão de acumulação, baseado na concentração de renda e no endividamento externo que o acompanhou. Esta é a crise fundamental, pelo simples motivo que só o encaminhamento da sua solução poderá reunificar a sociedade civil, ou seja, poderá dar conteúdo a um pacto social-democrático entre burguesia, a classe média assalariada e os trabalhadores.⁸

Pode-se analisar na historiografia fatores externos e internos, que de certa maneira foram “condicionantes” na “redemocratização” brasileira. Como expõe Silva, as ditaduras militares na América latina, em sua maioria, tinham o apoio dos Estados Unidos. Mas, a partir de 1976 o governo norte americano não vê vantagens em manter o apoio, pois os interesses haviam mudado. Estava em busca de consolidar a supremacia estadunidense, portanto, desfazendo-se do passado de apoiador das ditaduras latinas. Logo, dá início a uma política externa em favor dos direitos humanos. Adverte o Brasil publicamente e volta-se contra os militares, apoiando a oposição. Deste modo, deixando o Brasil com uma imagem negativa no exterior, e sentindo-se

5 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 253.

6 Professor Titular de história moderna e contemporânea. Laboratório de Estudos do Tempo Presente/TEMPO. Universidade do Brasil/UFRJ.

7 SILVA, op. cit., p. 335.

8 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os limites da “abertura” e a sociedade civil. In BARROS, Alexandre; et al. **Da distensão à abertura**: As Eleições de 1982. Org.: David Fleischer. Brasília – Editora Universidade de Brasília, 1988.

pressionado a por fim a Ditadura. Este fato, juntamente com a crise mundial do petróleo, foram os fatores externos que possibilitaram a abertura política no Brasil.

Como fator interno, tem a versão oficial, de que o processo de abertura política fazia parte do plano de governo do presidente-ditador Geisel, o chamado projeto Geisel-Golbery. “E o próprio governo passou não só a fazer concessões no plano democrático, mas também no plano social, procurando ele próprio reinventar o populismo.”⁹ Era a abertura “lenta, gradual e segura.” Uma forma do militarismo limitar a abertura para se organizar e manter-se no poder por mais tempo.

[...] essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abruptada. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva.¹⁰

Ainda no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ocorreram as primeiras grandes medidas da abertura, como o fim da censura a imprensa e a extinção do AI5 (Ato institucional nº5) que dava poder supremo de decisão ao presidente. Desta maneira, tendo embates com os chamados “linha-dura”, que se caracterizavam por uma oposição dentro das próprias Forças Armadas, pois estes queriam a permanência do regime autoritário.

A abertura lenta possibilitou escolher com segurança o sucessor de Geisel, e o escolhido foi João Baptista Figueiredo, assumindo em 15 de março de 1979. Neste governo teremos como principal medida para a abertura, a lei da anistia. Está lei revertia:

[...] punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar. A lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura.¹¹

Figueiredo propôs também a reorganização partidária, “que terá como consequência imediata a dissolução da ARENA e do MDB.”¹² Inicialmente, a Aliança Renovadora Nacional

9 PEREIRA, L. op. cit., p. 26.

10 General Ernesto Geisel, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p.209). Apud SILVA, op. cit., p.262.

11 **Anistia Política**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/anistia-politica>> Acesso em: 07/09/2013

12 TRINDADE, Héglio. **Brasil em perspectiva**: dilemas da abertura política. Porto Alegre: Sulina, 1982.

(ARENA) resultaria no Partido Democrático Social (PDS) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) resultaria no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mais tarde surgindo outros partidos, a partir de novas ramificações.

Outro fator interno para a abertura política ocorreu nas eleições de 1974. Procurando ocupar todo o espaço concedido, o MDB (oposição) também lançou candidatura, com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Porém, Ernesto Geisel (ARENA) ganhou com quatrocentos votos, contra 76 de Ulysses. Contudo, o fato interessante e que sinalizava que o processo de abertura já havia iniciado, foi o “MDB conquistar 16 das 22 cadeiras do Senado, superando a força da ARENA nas eleições majoritárias, quase equilibrando na Câmara Federal.”¹³ “[...] Foi aí a primeira sinalização de que o povo estava insatisfeito com aquele tipo de regime.”¹⁴

1.1 O NOVO SINDICALISMO X DITADURA

Essa insatisfação gerou na década de 70 a organização e o crescimento de muitos movimentos sociais, que se configurou em mais um fator interno que contribuiu decisivamente para a abertura política e o fim da ditadura.

A desestabilidade da economia e as atitudes do governo diante dela ocasionaram no descontentamento da população. Segundo Sader¹⁵, esse descontentamento é gerado quando são sentidas mudanças no cotidiano. Estas alterações no cotidiano podem ser entendidas como espelho desta crise econômica, que resultou em desemprego, medidas restritivas ao controle da inflação e a redução do nível de atividades produtivas.¹⁶ Decorrencia disso foi o aparecimento destes movimentos sociais, que tem grande presença na segunda metade da década de 70, principalmente de 1978 até 1987.

Estes movimentos da década de 1970 são desde o surgimento de um novo sindicalismo, a movimentos liderados pela igreja, passando pelos movimentos estudantis. Foram movimentos organizados pela sociedade civil para ter o direito de conduzir seu próprio rumo, a partir de uma desconcentração do poder militar. Não se caracterizam por confrontos armados e

13 TRINDADE, op. cit., p. 23.

14 Thales Ramalho, entrevista, in Costa Couto, Ronaldo (1999, p.306). Apud SILVA, op. cit., p.262-264.

15 SADER, op. cit., p.142.

16 LAMOUNIER, Bolivar. FARIA, José Eduardo. (org.) **O Futuro da Abertura**: Um Debate . São Paulo – Cortez: IDESP, 1981.p. 9.

violentos, apenas por expressões de insatisfação, mas, “isso não impede que, eventualmente, ocorram situações de conflitos e/ou de desobediência da ordem,”¹⁷

A primeira medida a ser apresentada é a estrutura sindical que surgiu no Brasil nos anos 70. Ela buscava se desprender da estrutura sindical anterior ligada ao estado, o chamado sindicalismo de estado. Conforme Armando Boito Junior¹⁸, como o próprio nome supõe, o sindicalismo de estado é um ramo do aparelho burocrático do Estado burguês brasileiro, que estabeleceu, através de um conjunto de normas legais, um tipo de organização e de ação sindical.

Tinha como principal função atuar de forma reivindicativa, quando alguma categoria batalhava por melhores salários. Porém, com a Lei 4725 de 1965, onde os reajustes salariais eram calculados pelo governo, e definidos de acordo com a média dos 24 salários anteriores, os sindicatos passam a desempenhar papéis essencialmente assistenciais. Desta maneira, a maioria dos dirigentes sindicais acomodou-se com a função assistencialista, mas, nas categorias de base houve inquietação.¹⁹ Logo, surge à necessidade de uma reestruturação sindical no país.

Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados.²⁰

Sader²¹ afirma que alguns sindicatos incorporaram uma corrente chamada de “autêntica”, que caracterizava-se pelo movimento contra as diretorias “pelegas”, e também por uma postura mais operante nas lutas reivindicatórias. Esse movimento foi marcado pela capacidade de absorver as pressões das bases e encaminhá-las para o sindicato.

Luiz Inácio da Silva surgiu neste movimento sindical, se tornando referência como líder dos operários. Chegou a ser presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com posse em 1975. Sindicato esse que teve grande evidência, pois liderou importantes protestos a partir de 1978.

17 FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Organização e ação popular no Brasil nos anos 70 e 80**: Formas de ação e matrizes discursivas. In Revista Dossiê, junho de 2006.

18 BOITO JÚNIOR., Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP, 1991.

19 SADER, op. cit., p.179/180.

20 Ibid, p. 180.

21 Ibid, p. 181.

Trabalhando de maneira atuante, com realização de assembleias e abaixo-assinados, em 1977 o novo sindicalismo ganha reconhecimento e alcança destaque na imprensa para causas trabalhistas, antes invisíveis. O Movimento Sindical aproveitava o espaço de abertura política para agir, em efeito, contribuindo com a democratização do país.

Antonio Luiz Miranda²² expõe que Boito Junior em “O sindicalismo brasileiro nos anos 80”, coloca “que durante a década de 1970, dado o forte crescimento da industrialização do Brasil, com o surgimento de um grande número de indústrias que empregavam mais de 1.000 operários, mudou a forma de organização desses operários.”²³

Devido à atuação do sindicato de São Bernardo no ABC Paulista, novas lideranças foram aparecendo. Organizações operárias de diversos setores da indústria - trabalhadores de siderúrgica e metalúrgica, de refinarias de petróleo, da indústria petroquímica – então, já na década de 1980, mais precisamente em 83 constituiu-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Logo tendo a adesão de outras categorias, por exemplo, bancários, jornalistas, eletricitistas.²⁴ Com isso, algumas direções “sindicalistas de estado” aderem a CUT.

Os sindicatos de Santa Catarina que funcionavam de forma individual, posteriormente se organizaram em uma CUT regional, visando unificar a luta e o poder dos trabalhadores de diversas classes. A CUT regional pode ser compreendida como o novo sindicalismo no estado.²⁵

Criciúma, uma cidade do extremo sul catarinense “destacou-se pela mobilização da classe operária. Enquanto em outras cidades do estado, inclusive na capital, algumas categorias atuavam de forma isolada e desorganizada fazendo greves, em Criciúma as principais categorias, de forma simultânea e organizada, partem para a mobilização em conjunto.”²⁶ Criciúma passou a ser referência para o sindicalismo cutista no estado de Santa Catarina, e o sindicato dos vestuaristas, por seu lado, tornaram-se a representação mais autêntica do novo sindicalismo na cidade.²⁷ No entanto, outro sindicato importante de Criciúma é o dos mineiros, ele inclusive teve participação na organização da CUT regional, porém, no momento da fundação estava afastado

22 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em mundos do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Classe operária, sindicatos e mobilizações.

23 MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajétórias e experiências do movimento operário sindical de Criciúma**- SC: Da Ditadura Militar a Nova República (1964-1990), 2013. 214 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.159.

24 TRINDADE, op. cit., p.86.

25 MIRANDA, op. cit., p. 163.

26 Ibid., p.177.

27 Ibid., p. 170

dos grupos que efetivaram a entidade, aponta Miranda.²⁸ Expondo ainda que a mobilização da classe operária de Criciúma iniciou com os mineiros, que acabaram se destacando pelo nível da mobilização.²⁹

Mesmo com as limitações do regime militar os sindicatos brasileiros assumem o papel de negociar os conflitos trabalhistas. Miranda, analisando Sader, diz que “o fato do novo sindicalismo se utilizar da estrutura do sindicato como base de seu discurso garantiu a legitimidade e legalidade ao movimento, pois o sindicato é a representação legal da categoria, é quem deve falar por ela.”

Não obstante a isso, Boito Junior aponta que o sindicalismo no Brasil embora constantemente tentasse se organizar de forma a se desvincular do Estado, sempre recorria a esse passado sindical.

Na história do sindicalismo brasileiro, sempre que se logrou construir organizações desvinculadas da burocracia de Estado, os sindicalistas que implementavam ou que implementavam uma linha de atuação mais agressiva no plano reivindicativo – *grosso modo*: os comunistas, no período pré-64, e os petistas, na atualidade – uniram-se aos pelegos para incorporar essas organizações independentes à estrutura sindical de Estado. Não foram ao sindicato oficial para poder chegar às “massas” e, segundo se sugere retirá-las de lá: senão que lutaram para levar as massas, até então organizadas de modo independente, para o interior da estrutura sindical.³⁰

Pode não ter ocorrido uma ruptura, porém é fato que ocorreu uma mudança na forma de atuar dos sindicatos, iniciando nos anos 70 e continuando na década de 80. Coloca Miranda, completando sua exposição relatando que para Boito Jr, “o que esteve em crise a partir de 1978 foi o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado implementado pela ditadura militar.”³¹

1.2 IGREJA E RESISTÊNCIA: O PAPEL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A Igreja Católica inicialmente apoiou a instauração do regime militar, porém, alguns anos mais tarde quando percebe o autoritarismo deste regime, as formas de repressão com

28 MIRANDA, op. cit., p.163-164.

29 Ibid., p. 199.

30 BOITO JR., op. cit., p. 97.

31 BOITO JR, op. cit.. Apud MIRANDA, op.cit., p. 58.

perseguições e torturas, ela muda sua postura sobre a Ditadura. Fabio Lanza³² apresenta esta análise e traz o depoimento do Dom Paulo Evaristo Arns explicando a mudança de postura da Igreja.

...em 1968, quando começou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, como se dizia naquele tempo e se diz ainda hoje, é, faz 30 anos exatamente, naquele momento é que a gente sentiu a perseguição aberta contra todos os que se movimentavam a favor da pobreza ou a favor dos operários, ou a favor das pessoas politicamente é, ah [sic], divergentes da opinião do governo. (...) E é claro, todos nos colocamos ao lado dos que estavam sofrendo.³³

Assim como o Novo Sindicalismo, Igreja Católica também teve iniciativas ligadas às lutas populares, contestando o Regime Militar. Embora ela procurasse manter sua postura conservadora não impediu que surgissem essas iniciativas, chamadas de Comunidades Eclesiais de base. Elas são caracterizadas como “congregações Católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social.”³⁴

Sader³⁵, analisando a obra de Dom Luis Fernandes, “Como se faz uma comunidade eclesial de base”, diz que para esse uma CEB surgiria de qualquer atividade solidária inspirada no evangelho, pois percebe que quase todas iniciam com um agente pastoral e com motivações religiosas.

As comunidades eclesiais de base podem ser entendidas da seguinte forma: comunidade é o local, e associa-se ao caráter coletivo da organização. Eclesial está associado à fé do grupo. Já a palavra base confronta-se entre ser a representação dos pobres e oprimidos ou dos agentes pastorais.³⁶

No natal de 1972, na região sul da cidade de São Paulo, grupos de jovens ligados a Pastoral tiveram a iniciativa de reunirem-se “para refletir sobre a realidade, tomar contato com a população de seus bairros.”³⁷

³² LANÇA, Fabio. **A igreja Católica e a ditadura Militar (1964-1985):** A Memória dos bispos paulistanos sobre o Golpe Militar. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>
Acesso em: 11/12/2013.

³³ Ibid., p. 8.

³⁴ BURDICK, John. Procurando Deus no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996. Apud COSTA, Fabrício Roberto Costa. et al. **Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação:** algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. Revista Intratextos, Rio de Janeiro. vol 2, nº 1, p. 33 – 50, 2010. P.11.

³⁵ SADER, op. cit., p. 157.

³⁶ COSTA, op. cit., p. 36.

³⁷ SADER, op. cit., p.146.

Na celebração natalina um jogral recitou um texto que falava das desigualdades existentes na sociedade e chegou até a denunciar torturas ocorridas na prisão de Marabá. Houve também música e poesia e, em seguida, os 150 presentes se distribuíram em pequenos grupos para reflexão, depois do que voltaram para entoar mais um canto e rezar a oração final.³⁸

Embora esta iniciativa dos jovens ter sofrido repressão e apresentar influência dos “cursilhos mais alienantes”, em 1968 na Conferência dos bispos da América Latina, realizada na Colômbia, as discussões já concordaram em envolver a Igreja na luta contra a miséria. Assim, segundo Sader³⁹, surgindo às primeiras comunidades de base na periferia de São Paulo.

Logo após, surgiram equipes de “educação popular”, que buscavam alfabetizar utilizando o método Paulo Freire, proibido no período de Ditadura Militar. Este se constitui com o:

[...] aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça desse instrumental na vida prática e, postulando um despertar crítico do educando, ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto-organizações. O método pressupõe um “saber popular” que requer categorias para ser elaborado, opondo-se assim a uma concepção da educação como simples inculcação de um saber em seres puramente ignorantes.⁴⁰

Neste contexto, o padre Giorgio Calegari criou o Centro Pastoral Vergueiro, visando recuperar a memória de lutas populares como forma de influenciar movimentos que viriam a surgir. Constituiu-se também um grupo de educação popular, formado por padres, seminaristas, estudantes, militantes de esquerda que queriam conscientizar o povo e incorporá-los no movimento de resistência ao regime militar. O povo inicialmente participava, pois percebia uma oportunidade de capacitação para melhorar de vida.

Grupos de jovens, grupos de educação popular, clube de mães, grupos de noivos ou de casais já inspirados nas reflexões da Igreja “pós-conciliar” começavam a aparecer por toda parte.⁴¹ O investimento por parte da Igreja nos bairros pobres crescia cada vez mais, desde treinamento de pessoas para ajudar nas comunidades de base, até os recursos ganhos com a venda do palácio episcopal. Despertava o espírito e a atuação missionária da Igreja de São Paulo⁴².

38 SADER.op. cit., p. 146.

39 Ibid., p. 147.

40 Ibid., p. 148.

41 Ibid., p. 149.

42 Ibid., apud “operação periferia” in SEDOC, novembro de 1974.

Assim as comunidades eclesiais de base espalharam-se pela metrópole. E inicialmente, nas zonas rurais de outras cidades, em seguida nas periferias. Em 1981 calculava-se 80 mil para todo o país.⁴³

Em suas iniciativas atuavam das seguintes maneiras...

[...] um mutirão para levantar um salão paroquial, a organização de uma creche comunitária, a mobilização para reclamar da falta de ônibus, a circulação de um abaixo-assinado para reivindicar a coleta do lixo, a organização de um movimento para defesa dos direitos dos moradores em loteamentos clandestinos, ou dos direitos aos serviços de saúde dos moradores do bairro, ou dos direitos à educação e uma grande diversidade de organização e movimentos populares.⁴⁴

Trabalhavam em busca da justiça social, reivindicando os direitos do povo. As CEBs deram apoio a diversos movimentos sociais, logo “intelectuais vinculados a Igreja Católica atribuem à Instituição boa parte dos ganhos dos movimentos populares.”⁴⁵

Assim, a partir das comunidades eclesiais de base organizadas pela igreja católica a sociedade civil foi se organizando e novos movimentos sociais foram sendo articulados em todo o país, despertando um sentimento por direitos e liberdade que foram fundamentais para abertura política e a derrocada da ditadura militar no Brasil.

1.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Da mesma maneira, outra forma de movimento social que teve grande representação no país e contribuiu para o fim período militar foram os Movimentos Estudantis. Serenito A. Moretti⁴⁶ considera que estes movimentos organizados por estudantes não representam instituições universitárias, apenas buscam melhorar a realidade “que no seu julgamento, não respondem aos anseios e interesses com os quais os estudantes estão comprometidos.”

Moretti apresenta a análise do cientista social Luiz C. Bresser Pereira expondo que os movimentos estudantis na maioria dos países ocorreram por quatro fatores. O primeiro fator ficaria a cargo de uma revolução na educação, dando fim a educação tradicional fundamentada na autoridade e na disciplina visando uma nova educação onde a responsabilidade e a liberdade

43 SADER, op. cit., p.156.

44 Ibid., p.162.

45 COSTA, op. cit., p. 36.

46 MORETTI, Serenito A.. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: SCP, 1984, p. 23.

fossem a base. Segundo fator consiste na transformação da família patriarcal, visavam acabar com a família tradicional assim como a sociedade tradicional de forma geral. O terceiro é a crise do racionalismo, pois a ciência não explicava a “irracionalidade das guerras, dos preconceitos, da desigualdade, da miséria.” Deste modo, surgiu o existencialismo, firmado na liberdade e responsabilidade dando suporte a angustia social. Os mais velhos não conseguiam manter a estrutura esclarecendo essas mudanças aos jovens, portanto reforçando a revolta estudantil. Por fim, o quarto fator pelo qual ocorria a revolta estudantil é o aumento de estudantes universitários no período pós guerra. As universidades ainda “arcaicas” não comportavam o elevado número de acadêmicos, obviamente contribuindo para organização do Movimento Estudantil, que agora em maior número tinha mais poder de luta.

No Brasil o Movimento Estudantil aparece com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937, foi o modo de concentrar o poder estudantil para gradativamente ir obtendo caráter organizado. Desde a fundação da UNE os movimentos estudantis organizados por ela tiveram grande presença no país. “A primeira ação da ditadura militar brasileira ao tomar o poder em 1964 [...] foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE. [...] Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade.”⁴⁷

Segundo a UNE,⁴⁸ em meados de 1968 a União resistia com firme oposição ao regime, mas os protestos e passeatas eram duramente reprimidos pela ditadura. Os estudantes passaram a ser perseguidos, muitos foram presos e alguns assassinados, enfraquecendo o movimento.

Na década de 70 o Movimento Estudantil não teve tanta atuação como outros movimentos sociais, porém, em 1979 com o processo de abertura política já ocorrendo a UNE volta a se reestruturar. “Em Santa Catarina ela volta a se reanimar em setembro desde mesmo ano, devido ao I Encontro Catarinense de Estudantes.”⁴⁹

A participação dos estudantes foi efetiva em Santa Catarina com a atuação do Movimento Estudantil na manifestação que ficou conhecida como Novembrada, em 1979. Ela foi iniciada pelos universitários, logo após tendo proporções maiores com o apoio da população. E sendo considerada por algumas abordagens de grande relevância para o fim da Ditadura Militar brasileira.

47 **História da UNE**. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em: 11/10/2013.

48 Ibid., Online

49 MORETTI, op. cit., p. 99.

Moretti relata também que o Movimento Estudantil do Brasil se diferencia do europeu e estadunidense, enquanto estes tem sentido anarquista, o brasileiro se preocupa com a melhoria na forma de conduzir o país, melhorando condições de vida, sendo mais “maduro” politicamente. Em diversos momentos da vida nacional os Movimentos Estudantis foram iniciantes de uma agitação maior que desencadeavam em mudanças políticas no país.

É o que aconteceu, à guisa de exemplo, na campanha pela entrada do Brasil na luta contra o nazi-facismo, no início década de 40; na campanha pelo estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação de Petrobrás; nos protestos contra a ditadura, nos anos de 1966 a 1968; em todos, foi decisiva a participação dos estudantes, ou seja, eles, enquanto componentes de um movimento, assumiram o papel de fenômeno político de primeiro plano.⁵⁰

A universidade com seu tradicionalismo era um “dos principais dispositivos de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no campo ideológico.”⁵¹ Impedia-se que este espaço fosse de “produção cultural e intelectual e de reflexão crítica sobre a sociedade e sua organização.”⁵² Portanto, os estudantes que reivindicavam melhorias na qualidade de estudo logo saíam do espaço privado da universidade para as ruas, onde o protesto denunciava publicamente o sistema educacional e passava a ter um caráter político, não somente reivindicativo.

A universidade, sobre tudo o movimento estudantil era o meio de iniciar a vida política dos participantes. O movimento com sua atuação resistente no período de regime militar no Brasil ganhou atenção maior do governo, tentando reprimi-los de diversas formas. “Seja fechando a União Nacional dos Estudantes (UNE), sancionando leis que intimidassem os alunos ou vigiando as Universidades ostensivamente.”⁵³

Na América Latina todas as Ditaduras reprimiram os movimentos estudantis...

[...] Na Argentina a tradição militante do movimento remonta à 1918, e com o golpe de 1976 a repressão atinge os estudantes como nunca antes. No Uruguai, com o golpe em 1973 a ditadura também sancionou leis que restringiam a atividade estudantil e interviram diretamente na Universidade. No Chile, onde se vê nos últimos anos um ressurgimento do movimento estudantil com toda a sua força nas ruas, em prol do ensino público e de qualidade, também sofreu represálias com Pinochet, onde após o golpe de 1973 as Universidades foram os primeiros espaços ocupados pelas forças policiais.⁵⁴

50 MORETTI, op. cit., p. 25.

51 Ibid., p. 26.

52 Ibid., p. 25-26.

53 BRISTOT, Lidia Schneider. **Um outro olhar sobre a Novembroada**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984 - 3968, v.6, n.1, 2012. P. 57.

54 BRISTOT, op. cit., p. 57.

Porém quando esses governos ditatoriais se enfraqueceram os movimentos estudantis foram os primeiros a se reorganizarem e voltar à ativa.

Os movimentos sociais surgiam (ou ressurgiam) na década de 1970 com diferentes estilos, mas, com o propósito em comum de ir contra a repressão do Regime militar. Nesse momento de ebulição de discussões políticas, de redemocratização, e considerando que esta foi uma década de revolução sexual e das mulheres, “o movimento feminista acabava se mostrando como um movimento de resistência”⁵⁵. Não só no próprio movimento feminista, mas, as mulheres tinham participação dentro de outros movimentos Sociais.

A declaração da ONU de 1975 como o ano Internacional da Mulher, fez com que a década de 1970 assistisse a um crescimento da participação das mulheres na vida pública.⁵⁶ Esse crescimento refletiu-se no aumento de mulheres no nível superior, logo na participação delas no Movimento Estudantil, que era a porta de entrada para o mundo político de muitos estudantes, principalmente para as mulheres. Visto que, à entrada na universidade muitas vezes significava ganhar consciência da situação em que se encontra a sociedade e perceber a realidade em que se vive, afirma Lidia Schneider Bristot.⁵⁷

Em Santa Catarina, na Novembrada, é possível notar que a participação das mulheres foi tão efetiva quanto a dos homens, dos sete estudantes presos três eram mulheres. Além de muitas outras que participavam do Movimento Estudantil e estavam presente na manifestação. E do mesmo modo tinham participação dentro do DCE da universidade.

Sim, [havia muitas mulheres no DCE]! Aliás, acho que a gente era maioria! Tinha bastante e em cargos importantes, a gente tinha uma discussão muito de igual mesmo para com os homens. Mas eu vou te dizer, eu tenho certeza que isso também era pela propriedade dos argumentos, sem dúvida. Porque eu acho que aí é que se igualam os gêneros. As dificuldades que existem na sociedade, elas se dão muito por desconhecimento dos direitos básicos e de equiparação de direitos. E como a gente tinha isso muito claro, os homens tinham que ter bons argumentos pra contrapor!⁵⁸

55 BRISTOT, op. cit., p. 53.

56 Ibid., p. 53.

57 Ibid., p. 54.

58 LIPPEL, Thaís Helena. Entrevista concedida à Lidia Bristot. Florianópolis, ago. 2012. Apud BRISTOT, op. cit., p. 53.

Aproveitaram as mudanças culturais ocorridas em 1970, a conquista de estar na universidade, e fizeram-se ativas no cenário político com o movimento estudantil. Segundo Moacir Pereira⁵⁹, elas se mostravam mais articuladas e decididas do que os homens.

O estado catarinense vivenciou a Ditadura desde seu início com prisões e torturas, da mesma forma foi afetado com a crise social, política e econômica que o Brasil se encontrava. Dentre as insatisfações geradas pelas crises, além das de âmbito nacional como o aumento da gasolina; a declaração do presidente que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro do povo; o fim do bipartidarismo; o contraste social e o aumento do custo de vida. Os catarinenses ficaram descontentes com os elevados gastos para recepcionar o presidente; a campanha publicitária para popularizar o presidente, a incoerente homenagem para Floriano Peixoto (responsável pelo massacre de Anhatomirim em 1894, onde morreram mais de uma centena de catarinenses); e as frustrações das oposições e dos grupos políticos renovadores com a indicação de Jorge Konder Bornhausen para suceder Antônio Carlos Konder Reis, na confirmação do domínio oligárquico no Estado durante praticamente todo o século XX.⁶⁰

Santa Catarina nunca foi prioridade para a federação, dentre os estados do sul sendo considerado secundário. O descontentamento da população foi expresso no *Jornal da Semana* com o texto do jornalista Sérgio da Costa Ramos, da seguinte forma:

Talvez seja uma sina, um fardo, o mau destino. Mas Santa Catarina, historicamente, não é um Estado abençoado pela Federação. A crônica dessa desdita vem de longa data, é anterior a República e se sucede a ela. A forma avara com que a União tem tratado o estado repete-se com monótona regularidade, governo após governo. Assim, esse pequeno Estado, uma das locomotivas industriais do país e o sexto maior contribuinte de impostos federais, acostuma-se a ser a ativa e bem comportada colméia de trabalho, recheio conformista entre as fatias mais poderosas do sanduíche que a confina entre o Paraná e o Rio Grande do Sul.⁶¹

Resultante disso, algumas reivindicações do estado que dependiam da aprovação de Brasília já eram históricas. Mas, com a visita do Presidente era aguardado que a principal reivindicação da época, uma usina siderúrgica (Sidersul) para melhor empregar o carvão catarinense, fosse aprovada.

59 PEREIRA, Moacir. **Novembrada** – Um relato da revolta popular/ Florianópolis: insular, 2 ed. 2005, p. 34 .

60 PEREIRA, M., op. cit., p.16.

61 *Jornal da semana*, Florianópolis, 24/11/1979, página 7. Apud PEREIRA, op. cit., p. 27.

Visto que o governador de SC, “Jorge Bornhausen havia sido indicado pelo governo militar, acreditava-se que seus pedidos seriam atendidos no governo federal.”⁶² No entanto, na semana da visita do presidente ao estado, o ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, avisou que a Sidersul ficaria para ser discutido no próximo governo (“mesmo por que era verdade que a economia do país não comportava este investimento.”⁶³) Segundo a historiografia este anúncio acabou sendo o estopim de uma série de insatisfações de diferentes parcelas da população de Florianópolis, gerando o protesto dos acadêmicos, que foi apoiado pela população em reação a insensibilidade de Brasília. Mas este fato deve ser pensado na perspectiva de qual parcela ficou descontente, se o povo sentiu esse descontentamento ou ele foi apenas da elite, que através do controle dos meios de comunicação o generalizou. Indiferente deste fator a Novembrada foi, e hoje é lembrada como a ocasião de maior resistência ao regime militar, representando o “grito” de basta de uma população já cansada da situação do país.

Outras manifestações ocorreram envolvendo presidentes da Republica.

O Mal.Castello Branco foi vaiado na Ilha do Fundão, em 1965 e, novamente, no ano seguinte, foi interpelado em altos brados por um piquete de oito intelectuais ao abrir uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Rio de Janeiro. Em 1972, o general Médici, em visita À capital norte-americana, foi apupado. Em Londres, quatro anos mais tarde, o general Geisel escapou por pouco de ser atingido por um tomate lançado por um manifestante. O próprio general Figueiredo, em 1979, numa viagem a Porto Alegre, foi vaiado quando caminhava pelo centro.⁶⁴

Porém nem uma delas teve a magnitude da Novembrada, graças à adesão da população. Ela repercutiu além das fronteiras do país, fazendo com que Jorge Bonhausen, preocupado com os reflexos do movimento em Brasília, chegasse a iniciar a redação uma carta-renúncia, coloca Pereira.⁶⁵

Após este episódio, os catarinenses ganharam destaque e respeito nacional, por enfrentar o regime militar tendo um embate cara a cara com o general presidente. Naquele dia, os estudantes e o povo de Florianópolis colocaram Santa Catarina definitivamente no mapa, a Novembrada se torna um marco no processo de redemocratização do Brasil.⁶⁶

62 PEREIRA, M., op. cit., p.17.

63 SROUR, Robert Henry. **A política dos anos 70 no Brasil**: a lição de Florianópolis. São Paulo: Econômica Editorial, 1982, p.99.

64 SROUR, op. cit., p. 97.

65 PEREIRA, M., op. cit., p. 20.

66 Ibid., p. 27.

Capítulo II

2. NOVEMBRADEIRA: IMPRENSA, HISTORIOGRAFIA E CINEMA

Nos anos seguintes ao manifesto estudantil, diversos foram os artigos em jornais relembrando o episódio. Este episódio é lembrado com orgulho pelos catarinenses. Geralmente é retratado como um fato importante na história catarinense pelos Jornais *O Diário Catarinense*, *O Jornal da Capital*, *Jornal de Santa Catarina*, *Jornal do Centro* e outros. O Jornal *A Notícia* ousa mais, dando uma importância nacional ao movimento. Em 1998, por exemplo, publica uma matéria com a manchete, “*Catarinenses relembram a Novembradeira*”, “*A manifestação puxada pelos estudantes de Florianópolis, marco do fim da Ditadura, completa amanhã 19 anos*”⁶⁷. Muitas matérias foram feitas e muitas ainda virão recordando a novembradeira.

Contudo, a revolta liderada pelos estudantes também foi noticiada em diversos jornais na época, sejam os de circulação na capital ou em outras cidades. Os discursos produzidos sobre a Novembradeira e o espaço para noticiá-la em cada periódico foi diferente, alguns se propuseram a apenas divulgá-la, enquanto outros fizeram uma cobertura completa, documentando a manifestação e seu desenrolar, até o julgamento dos estudantes presos como líderes do protesto.

Alguns escritos bibliográficos sobre a revolta liderada pelos estudantes foram produzidos, as obras são: “A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis” do Robert Henry Srouf – 1982. “A Revolta em Florianópolis: A Novembradeira de 1979” de Luis Felipe Miguel - 1995; “Novembradeira: Um relato da revolta popular” de Moacir Pereira - 2005; além de diversos artigos com caráter acadêmico publicados em revistas, que problematizaram com diferentes focos a Novembradeira.

A manifestação também chegou ao cinema, com o curta-metragem produzido pelo cineasta, Eduardo Paredes. O filme “Novembradeira” foi lançado em 1998 e garantiu dois prêmios ao diretor. Inclusive, a imprensa reservou destaque a esta produção cinematográfica. O Jornal *O Estado*⁶⁸ em 97 relata: “*Em plena campanha para melhorar sua imagem, a vinda do general João Figueiredo a Florianópolis, em 1979, marcou a história do Brasil. O protesto de milhares de pessoas será lembrado em curta-metragem ainda este ano.*” O Jornal *A Notícia* da mesma

⁶⁷Jornal *A Notícia*, 29 de novembro de 1998.

⁶⁸Jornal *O Estado*, 26/27 julho de 1997.

data também faz uma reportagem intitulada “*Novembrada vai ao cinema.*” O curta-metragem foi uma maneira de lembrar o episódio e mantê-lo atual na memória catarinense.

2.1 NOVEMBRADA E A IMPRENSA

Muitos foram os periódicos que documentaram a Novembrada, de circulação em Florianópolis, assim como em outras cidades. Alguns são: *A Notícia* (Joinville), *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau), *O Estado*, *A gazeta*, *Diário associados de Santa Catarina e o Diário catarinense* de Florianópolis. Satori⁶⁹ levantou que o *Jornal de Santa Catarina* (JSC) e o *Jornal O Estado* (OE) apresentam mais reportagens referente ao assunto, deste modo para está análise da Novembrada na imprensa serão utilizados estes dois jornais.

Compreender o projeto editorial do jornal, seu posicionamento político, é importante, pois implica na forma que a notícia foi problematizada pelo jornalista.⁷⁰ Sartori informa que os meios de comunicação em Santa Catarina estão ligados a duas famílias: “a família Ramos representada pelo PSD (Partido Social Democrata) e as famílias Konder – Bornhausen representadas pela UDN (União Democrática Nacional).”⁷¹ Posteriormente estes partidos se unem na ARENA, e após a extinção do bi-partidarismo ressurgem como PDS. Logo, OE e o JSC eram comandados por pessoas ligadas ao Partido Democrático Social.

Tem-se conhecimento de que muitos jornais foram fechados na Ditadura militar do Brasil. Tânia Regina de Luca⁷² coloca que Maria Aparecida de Aquino, a partir de uma perspectiva comparativa, discute a ação e os efeitos da censura imposta pelo regime militar ao semanário *Movimento* e ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Devido à censura passaram a apoiar o regime, porém, depois sentindo o peso desse regime autoritário, procuraram fazer denúncias por meio de estratégias criativas. Considerando que em 1979, o Brasil estava em pleno processo de redemocratização, os jornais catarinenses aproveitavam de mais liberdade, mas nunca fazendo críticas explícitas ao governo.

Embora tivessem a mesma linha política, ligados ao PDS havia diferença na forma de abordagem dos periódicos OE e JSC. O que ocorria era que o jornalista que cobria a *Novembrada*

69 SARTORI, Juliana. **A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense.** Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 44 – 47, nov/dez 2008.

70 CRUZ; PEXOTO, op. cit., p. 266.

71 SARTORI, op. cit., p.

72 DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY. Op. cit., p.129.

pelo OE era um militante de esquerda, dando mais destaque aos estudantes do que JSC, que oferecia “menos voz” a oposição.

Sobre a imprensa há um aspecto interessante. Quem estava cobrindo para o jornal O Estado a Universidade era um militante de esquerda. Então eles davam uma cobertura favorável a nós. Uma cobertura ampla e democrática. E deram uma cobertura excelente da Novembrada, colocaram tudo no jornal.⁷³

Destacam-se aqui dois exemplos que evidenciam a diferença entre os jornais na cobertura da novembrada. OE apresentou a fala do senador Jaison Barreto, que defendia os estudantes argumentando que a culpa do acontecido em Florianópolis era da própria situação do estado brasileiro.

Esses moços não podem ser responsáveis pelo caldeirão fervente que é o país hoje. [...] Julgados deveriam haver de ser o salário mínimo, o modelo econômico, a dependência externa, o Governo elitista e a farsa política, estes sim os verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos.⁷⁴

O JSC menciona a declaração de Jarbas Passarinho, líder do governo do senado em 79. Passarinho diz “que não vincula o incidente de Florianópolis, [...] a uma insatisfação da população causada pela crise econômica que aflige o país e os constantes aumentos de combustíveis, e suas consequências inflacionárias.”⁷⁵ E continua afirmando, para ele a manifestação não foi espontânea, e sim organizada por um grupo de provocadores que se aproveitaram da difícil situação do Brasil.

OE deu ênfase à prisão dos estudantes, aos atos públicos pedindo suas libertações, e procurou ainda depoimentos de familiares dos presos. Dentre suas matérias ele mostra o posicionamento do MDB, que como oposição procurou tirar proveito da situação ficando do lado do povo.

O MDB vai participar do ato público em protesto pelas prisões de estudantes e sua bancada federal não irá comparecer hoje à tarde no gabinete da presidência da Republica para agradecer ao general João Baptista Figueiredo para agradecer a visita e o anuncio de que a Sidersul será a primeira siderúrgica a ser construída em seu Governo.⁷⁶

73 Geraldo Barbosa em entrevista concedida a Juliana Sartori. Floripa 24/11/2003. Apud SARTORI, op. cit., p. 00.

74 Jornal *O Estado*, 4 de dezembro de 1979, p.3.

75 *Jornal de Santa Catarina*, 2 e 3 de dezembro de 1979, p. 18.

76 *Jornal O Estado*, 4 de dezembro de 1979, p. 3.

O jornal também exibiu depoimentos que relatam o protesto como não sendo apenas de uma minoria, um deles foi do deputado arenista João Linhares.

Não podemos olhar as manifestações como sendo um ato de minorias, não podemos esconder nossa cabeça na areia ou fugir das responsabilidades minimizando o fato; temos que olhá-los como sinais visíveis da inquietação e da insatisfação de populares que chegam a índices perigosos: façamos como o homem do campo: colemos os ouvidos no chão para ouvir o tropel”, protestou ontem de Brasília o deputado arenista João Linhares, de Santa Catarina, que não entendeu a atitude das autoridades que procuraram “diminuir” os acontecimentos ocorridos quando da visita do presidente Figueiredo.⁷⁷

Destacou ainda o depoimento da mãe de Ligia Giovanella - estudante de medicina e vice-presidente do DCE, que estava presa – em um dos atos públicos em favor dos estudantes. “Porque minha filha sempre me dizia, mama, vai lá com a gente. E como ela não está, eu estou aqui representando. [...] Mais eu prometo pra vocês que se vocês souberem reivindicar os seus direitos, os direitos de cada um, nós vamos ser gente.”⁷⁸ O pai de Marize Lippel também se manifestou em outro momento, dizendo que: “Estou preocupado como pai, mas acredito que a polícia não vá cometer excessos.” Da mesma forma, o jornal trazia depoimentos de parentes de Adolfo, Rosangela, e demais universitários presos.

OE procurou mostrar os dois lados da *Novembrada*, tanto do governo quando dos estudantes, que não tinham espaço nos demais jornais. Desta forma, publicou uma nota do prefeito de Itajaí em solidariedade a Bornahusen e João Figueiredo, e na mesma página uma nota do Diretório Central da Furb, de Blumenau, apoiando os estudantes.

O JSC abordou a *Novembrada*, de forma que beneficiava a imagem do presidente Figueiredo, talvez ainda no intuito da construção da popularização dele. A manchete do periódico no dia seguinte a manifestação dizia: *Protestos e tumulto não impedem o apoio de Figueiredo a Sidersul*. Em seu conteúdo:

No único discurso que fez durante a visita a capital -na churrascaria para seis mil pessoas - o presidente, depois de lamentar o incidente ocorrido no centro, afirmou categoricamente que “a primeira siderúrgica a ser implantada no país, com a cobertura da Siderbrás, será a Sidersul, em Santa Catarina.”⁷⁹

Outra matéria, diz que o presidente amigavelmente cumprimenta populares no momento de sua chegada ao Palácio Cruz e Souza. Porém depois de apontar o dedo a um

⁷⁷ Jornal *O Estado*, 6 de dezembro de 1979, p. 2.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁷⁹ Jornal de Santa Catarina, 1 de dezembro de 1979.

estudante – referindo-se ao famoso gesto do presidente, que será melhor explicado no decorrer deste capítulo - querendo mostrar que eram poucos os manifestantes, é agredido moralmente, desta forma justificando o fato de Figueiredo voltar-se contra os estudantes.

O presidente, como de praxe, quebrou o protocolo e se misturou ao povo. Abraçou e beijou crianças, mulheres e velhos. [...] Mas o clima se agravou com a decisão do presidente. Ele resolveu descer da sacada, imediatamente, o que é normal, foi cercado e bastante cumprimentado. Após, partiu em direção, segundo se explicou, para dialogar franca e abertamente, com os estudantes.⁸⁰

O JSC dois dias depois da Novembrada publica uma matéria dizendo que para o palácio do planalto a manifestação já estava encerrada, declaração do assessor de imprensa do Palácio, Marcos Kramer. A declaração era na tentativa de minimizar o episódio, e o jornal acabava por ajudar.

A imprensa foi por muito tempo a única fonte na pesquisa sobre a Novembrada, porém, como colocam Cruz e Peixoto⁸¹, é importante analisar a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa, pois como é construída historicamente, deve ser confrontada em ser ou não um dado de realidade. No entanto, sabe-se que a “verdade” nas matérias dos periódicos, é somente as suas múltiplas formas de abordagem do assunto.

2.2 HISTORIOGRAFIA DA NOVEMBRADA: A HEGEMONIA DOS JORNALISTAS

A bibliografia sobre o tema Novembrada conta com três obras, publicadas em diferentes momentos da história. Com linguagem singular elas apresentam o assunto em diferentes perspectivas.

A primeira obra bibliográfica sobre o assunto é de Robert Henry Srou, cientista social e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo. Atuando nas áreas de economia e administração, Srou atualmente é professor da Fundação Instituto de Administração (FIA). Para escrever “A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis” em 1982, ele usa o arquivo do DCE da UFSC, que documenta todos os panfletos feitos assim como cartas de apoio vindas do

⁸⁰ *Jornal de Santa Catarina*, 1 de dezembro de 1979, p. 2-5.

⁸¹ CRUZ; PEXOTO, op. cit., p. 260.

Brasil inteiro. Utiliza vídeos-teipes de Redes de Televisão, e os seguintes arquivos de jornais e revistas.

O Estado (Florianópolis), *Jornal de Santa Catarina*, *Jornal da Semana* (Florianópolis), *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Republica* (São Paulo), *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Jornal de Brasília*, *Folha de S. Paulo*; e os semanais *ISTO É*, *Veja*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Coojournal*, *O Pasquim*.⁸²

Srouf, em sua pesquisa vai usar ainda o inquérito policial, determinado pela Polícia Federal (superintendência regional de Santa Catarina). Assim como diversas entrevistas com estudantes, jornalistas, políticos e populares (taxistas, donas de casa, funcionários públicos, dentre outros).

A Política dos anos 70 no Brasil é dividida em duas partes, na primeira intitulada “O Tempo dos Tormentos,” o autor discute sobre o Brasil dos anos 70 e o regime autoritário. No entanto, Srouf⁸³ expõe que seu objetivo não é analisar as conjunturas políticas da década de 70 no Brasil e nem uma análise do governo militar, sua intenção é inserir a *Novembrada* no contexto político que lhe deu origem. Desta forma, na primeira parte do livro o autor procura responder as seguintes questões: “quais são as classes sociais em ação? quem participa do bloco no poder? que forma de regime impera? quais as conjunturas que se sucedem e como diferenciá-las?”⁸⁴

Já na segunda parte, nomeada de “A vez dos Clamores” Srouf busca situar Florianópolis no contexto político dos anos 70. Desta maneira, ele traz a *Novembrada* apresentando os motivos de sua ocorrência, afirmando que ela foi à resposta a diversas atitudes políticas e sociais do governo, já que “no final da década de 70, a paciência popular atingiu o limite e o povo, até então conformado, perdeu o medo.”⁸⁵

Ganharam as ruas como resposta incerta a mil pressões emaranhadas. Respostas aos gastos extravagantes – alguns bilhões de cruzeiros – para uma festa na qual o povo fora convocado como figurante, quer dizer, reação contra um ato percebido pela consciência popular catarinense como a materialização de mais um acinte com sabor de corrupção. Resposta à ausência de tato nas recentes declarações do presidente Figueiredo que, face ao desmesurado aumento da gasolina teria respondido: “A solução é botar o cavalo no arado e andar a pé”; ou face às razões que o levaram a tomar medidas impopulares: “Não faço isso para agradar o povo, mas para atender às necessidades da Nação”; ou face a pergunta singela de uma criança que lhe perguntara o que faria se tivesse um pai que ganhasse salário mínimo: “Daria um tiro na cuca!” Resposta à ilegitimidade da representação política [...] Resposta à mistificação que a Secretaria da Comunicação

82SROUR, op. cit., p. 10.

83 Ibid., p. 16.

84 Ibid., p. 16.

85 Ibid., p. 7.

(SECOM) armara nos primeiros meses do governo de Figueiredo, na sôfrega procura de certa popularização. [...] Resposta aos sacrifícios impostos arbitrariamente e de modo extorsivo como o foram os aumentos vertiginosos das tarifas dos ônibus e dos táxis, da carne e do leite C, dos impostos prediais, das tarifas da energia elétrica e do preço da gasolina. Resposta ainda à natureza burocrática da visão política dos dirigentes brasileiros...⁸⁶

Srouer continua afirmando que a manifestação de 79, é resposta ainda a insegurança, a desigualdade, a prepotência do governo, as doenças, o desabrigo, a fome e o desemprego. Por fim, em resposta a muitos Brasis, “dilacerados e antagônicos.”

O autor debate também sobre a imagem do Presidente Figueiredo, que embora houvesse um esforço para popularização do “presidente João”, acabava esbarrando no povo insatisfeito com as condições de vida no país. A notícia que Figueiredo se envolve em briga de rua na manifestação de 30 de novembro de 1979 - pois decide tirar satisfações com revoltosos (lembrando que ele já tinha fama de pavio curto) - acaba por desgastar de vez sua imagem, deixando um mal-estar até nos setores mais próximos ao presidente. E o Brasil com dúvidas sobre ter na presidência um representante do machismo nacional, são abordados por Srouer.

Nesta obra, o autor tem preocupação em analisar passo a passo os acontecimentos do dia 30, até o desfecho com o julgamento dos estudantes presos. Em seus escritos sobre o episódio é possível notar algumas passagens interessantes. Primeiramente, Srouer não se refere à manifestação como Novembrada, prontamente, sabe-se que a manifestação estudantil veio a levar este nome mais tarde.

Outro destaque é a problematização que ele faz sobre o famoso gesto do presidente na sacada do palácio Cruz e Souza. Narra que Figueiredo faz um sinal para indicar que o protesto era feito por poucos, entretanto por descuido em sua execução o gesto é entendido como OK., um sinal característico norte-americano, mas que no Brasil tem sentido malicioso. Após esse deslize do general presidente o protesto acaba por se intensificar, os gritos por melhores condições de vida, viraram ofensas contra ele. Contudo, Srouer analisa que os xingamentos foram culpa do próprio presidente, então como enquadrar na Lei de Segurança Nacional os manifestantes? E ainda faz uma crítica ao presidente dizendo que “se algum mal-entendido ocorreu, este deveria ser resgatado e enunciado.”⁸⁷

86 SROUR, op. cit., p. 77-78.

87 Ibid., p. 91.

Srou, evidencia os desdobramentos do protesto estudantil, primeiramente o espanto com a proporção que a manifestação adquiriu, de forma que não só as autoridades, mas, os próprios estudantes ficaram surpreendidos. Ele comenta que na época os comentários sobre Florianópolis era de uma cidade de funcionários públicos, trabalhadores acomodados com a rotina, “em resumo, sem tradição de participação popular, sem ânimo para contraditar. Cidade pacata e ordeira, na linguagem oficialista.”⁸⁸ Logo, não esperava que pudesse ocorrer algum protesto com a magnitude que a Novembrada tomou, o que acabou por ser uma armadilha as autoridades, expõe o autor.

Após este episódio houve muitas demonstrações de simpatia a Santa Catarina, vindas de todo o Brasil, Srou aponta que tinha no ar um sentimento de libertação. Enquanto isso, no Congresso Nacional duas vertentes sobre o protesto catarinense circulavam, o autor apresenta uma dos arenistas insistindo no caráter minoritário do protesto, e outra dos emedebistas que enfatizavam uma crise social.

Finalizando sua obra *A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis*, Robert Henry Srou fala sobre a prisão dos estudantes e a resistência da sociedade civil em defesa dos mesmos. Afirma que o fato da culpa ter recaído somente sobre os estudantes mostra a estupidez do governo, discriminando o movimento estudantil e contrariando as informações que fotos e filmagens da manifestação mostravam. “Mostravam com clareza quantos esforços os universitários fizeram para controlar a multidão depois que o Presidente perdeu a serenidade e provocou os manifestantes com gestos equívocos.”⁸⁹

É notável como Srou critica a forma que o governo tratou a manifestação, ainda mais que o autor apresenta a mesma como resultado da atuação deste e dos demais governos militares. Sobre uma de suas principais fontes, a imprensa, o autor critica a atuação impressionista, mas, compreende que é pelo tempo para escrever ou pela linha do jornal. Porém, analisa que poderiam ao menos se propor a desvendar o caráter político da Novembrada.

O segundo livro abordando a manifestação é lançado em 1995, intitulado a “Revolta em Florianópolis: A Novembrada de 1979” do autor Luis Felipe Miguel. Miguel é doutor em ciências sociais, atualmente professor na Universidade de Brasília. Este livro é resultado da sua monografia de conclusão do curso de comunicação social na UFSC, em 1988. Para este, o autor

88 SROUR, op cit., p. 105.

89 Ibid., p. 114.

utiliza de entrevistas e jornais, subsidiando-se no livro do Srouf e no “*O livro dos pensamentos do general Figueiredo*”.⁹⁰

A obra tem cunho jornalístico, narra detalhadamente os acontecimentos do dia 30 de novembro, a prisão e o julgamento dos estudantes. A começar pela preparação do estado para receber o presidente, o autor afirma que era um gigantesco esquema de marketing que a secretaria estadual de comunicação social havia montado, compondo o projeto de popularizar Figueiredo.⁹¹ Da mesma forma disserta sobre a chegada do presidente no aeroporto, onde estava uma comissão de recepção formada pelos arenistas catarinenses; a ida até o Palácio Cruz e Souza - sede do governo estadual na época - sendo recebido por um oleiro e uma rendeira representando a cultura local. O presidente beija uma criança e aperta mão de populares, depois entra no palácio.

Miguel narra ainda o ato público realizado pelos estudantes, iniciado coma distribuição de panfletos pela cidade contra o arrocho salarial, onde alguns populares juntaram-se aos estudantes na entregados folhetos. E também um segundo momento já na frente do palácio Cruz e Souza onde estava o presidente, levantaram faixas e gritaram palavras de ordem.

O autor enfatiza a atuação policial, não poupando esforços para conter os revoltosos. Utilizou-se de um cordão de isolamento mantendo os estudantes afastados dos demais. Porém com a adesão da população foi inevitável o conflito direto. A PM usava de fotografias para identificar os manifestantes. Do outro lado, o DCE contava com as fotos de Dario de Almeida Prado para registrar qualquer abuso de autoridade dos policiais.

Miguel relata a prisão dos estudantes, que foram identificados com o uso destas fotos. Marize Lippel, Rosangela Koerich, Amilton Alexandre, Newton Dias Vasconcelos e Geraldo Barbosa foram presos no dia 02 de novembro de 1979, e o presidente e vice do DCE da UFSC Adolfo Dias e Lígia Giovanella no dia 5. Houve atos públicos solicitando a libertação dos estudantes, o autor destaca as investidas policiais fazendo o possível para abafá-los. Os universitários foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, mas no julgamento que ocorreu em março de 1981 foram absolvidos.

A obra descritiva mostra o descontentamento da população com a inflação, desemprego, ou seja, a situação social, política e econômica do Brasil. Esses aspectos juntamente com o veto da construção da siderúrgica em Santa Catarina, a placa homenageando Floriano Peixoto – que no final do século XIX mandou fuzilar centenas de catarinenses em Anhatomirim -

90 MORAIS, Carlos Wagner, **O Livro dos Pensamentos do General Figueiredo**. Editora Alfa-omega, 1978.

91 MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis: A novembrada de 1979**. Florianópolis: Insular, 1995.p. 15.

que seria um presente do Figueiredo a cidade, considerando que após oito meses de seu governo está foi a primeira visita do presidente ao estado, a organização estudantil percebeu que não poderia ficar indiferente. A adesão da população proporcionou a magnitude do movimento, surpreendendo os estudantes e os deixando sem o controle do mesmo.

O autor analisa que o apoio da população mostra o desgaste do governo militar. Por mais que Figueiredo tentasse popularizar sua imagem na intenção de manter o governo utilizando da abertura lenta e gradual, o que “realmente corria entre o povo eram suas faces reais, sua predileção por cheirinho de cavalo [ao do povo] ou a sugestão feita aos assalariados: ‘dar um tiro no coco’.”⁹²

Podemos perceber na obra, que Miguel relata como ocorreram os diversos acontecimentos do dia 30, e depois mostra o que a versão oficial do governo expõe sobre o mesmo episódio. Esta basicamente afirmava que o protesto se restringiu aos estudantes, o autor esclarece que “o fato das prisões só terem recaído sobre o pessoal do DCE foi fruto de uma decisão política. O governo federal, [...] procurava demonstrar mais uma vez que a hostilidade ao Presidente da Republica partiu apenas de um pequeno grupo, a “minoría radical” universitária.”⁹³

A terceira obra bibliográfica e última existente até momento sobre o protesto iniciado pelos estudantes catarinenses em 30 de novembro de 1979 é de 2005, “*Novembrada: Um relato da revolta popular*” do Jornalista Moacir Pereira. Nascido em Florianópolis, hoje Pereira é membro da Academia Catarinense de Letras, colunista de alguns jornais do estado e comentarista de televisão.

Ele expõe que seu livro é inventário, um relato jornalístico sobre um episódio que “mudou a história do Brasil.” Espera “homenagear aqueles que corajosamente disseram não ao retrocesso, à manipulação política e, sobretudo, ao histórico abandono de Santa Catarina pelo governo federal;”⁹⁴ assim, mostrando as novas gerações esse “marco” na transformação política do país.

Pereira inicia apontando para as lutas contra o centralismo desde o século XIX, problematiza a revolução federalista, que possibilitou a instalação em Desterro (antigo nome de Florianópolis) do governo provisório do Brasil. E, chega à *Novembrada* de 1979, que segundo ele fecha o ciclo de insatisfações contra o governo central.

92 MIGUEL, op. cit., p. 21.

93 Ibid., p.54.

94 PEREIRA, M., op. cit., p. 20.

Em segundo momento o autor aborda as razões para a manifestação em Santa Catarina, colocando que após 25 anos do episódio surgem três versões: primeiramente, mesmo sabendo que os catarinenses estavam frustrados com o veto para o projeto da Sidersul, a linha dura, responsáveis pela agenda do presidente decide manter a visita, já com a intenção de provocar algum fato que interrompesse o processo de abertura política. A segunda versão aponta que os descontentamentos não chegaram a quem tinha o poder, logo não gerando maior alarme sobre o que poderia ocorrer no dia 30 de novembro. A terceira fala que a segurança não esperava o descontrole do presidente e a decisão de enfrentar os estudantes. Para complementar, Pereira usa as matérias que escreveu quando cobriu a manifestação credenciado pelo Jornal da Semana, reforçando que a organização e Figueiredo deveriam esperar surpresas de Florianópolis.

Pereira aborda também a placa em homenagem a Floriano, e volta a contextualizar a revolução federalista; aborda “a batalha do calçadão,” onde acontecem os principais protestos. O autor usa um trecho do livro *Quem é... Jorge Bornhausen: uma biografia* para mostrar as reações do presidente narradas pelo ex-governador. Surge uma questão sobre a intenção do sistema de segurança do evento, com o fato testemunhado por Sílvio Coelho dos Santos, apresentado por Pereira. Santos, passava pelas imediações no dia 30 e viu um grupo de estudantes indo para o *Senadinho*, onde se encontrava o presidente no momento, uma equipe da polícia Militar que estava próxima não tentou impedir o movimento dos estudantes. O autor analisa que “as facilidades dos universitários eram suspeitas e contrastavam com o forte aparato de segurança.”⁹⁵ Uma passagem do livro do Srouf traz a fala de um policial, e complementa esta questão levantada por Pereira. “Cadê a liberdade de expressão? Deixem eles falar! Deixem os meninos gritar!”⁹⁶ Dizia o policial.

Pereira aborda ainda as frustrações de autoridades e do povo catarinense com obras como a Sidersul, a construção da BR 406 que ligaria São Joaquim a Tubarão. Debate a cobertura da imprensa do estado sobre a Novembrada e as reações da imprensa nacional. Ele traz nove artigos das principais capitais do Brasil - Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo - um deles com o título de *O Gladiador de Florianópolis*, referindo-se a Figueiredo. O autor fala também a respeito da repressão aos atos públicos em defesa dos estudantes presos, de maneira que a Secretaria de

95 PEREIRA, M., op. cit., p. 57.

96 SROUR, op. cit., p. 88.

Segurança informa em nota que “vai cumprir o seu dever de preservar a ordem pública e de garantir a tranquilidade da família catarinense.”⁹⁷ E, além disso sobre o julgamento.

Moacir Pereira apresenta em seu livro notas e cartas, entre elas estão reivindicações salariais dos professores da UFSC; notas em apoio os estudantes presos vindas do movimento feminista, da arquidiocese de Florianópolis e de outros estados; e o panfleto distribuído pelo pessoal do DCE. Que dizia:

Hoje (30/12/79), após 15 anos da repressão, o Governo nos ‘presenteia’ com a visita de seu chefe, o General João Baptista Figueiredo. Nesses anos todos, o povo pagou com seu suor, as mordomias dos caciques governamentais. Pagou com seu suor, quando viu a inflação cada vez mais alta e seu salário cada vez mais baixo. Paga com seu suor, quando o preço dos gêneros alimentícios aumentam a preços exorbitantes, fazendo com que as famílias possam apenas sonhar com a comida que os “Homens do Governo” esbanjam. Por isso, devemos deixar claro que, por maior que seja a campanha publicitária que o governo faça para mudar sua fachada, não vai conseguir enganar o povo. Quando o General ‘João’, afaga com sua mão, a cabeça de uma criança, esconde a outra mão que sustenta o fato de hoje termos milhares de crianças brasileiras abandonadas e famintas. Apesar do General ‘João’, achar que ‘seu problema não é o povo, e sim a nação’, ele esquece que cada aumento de gasolina, afeta diretamente os trabalhadores, que dependem do transporte como meio de vida. Com isso, torna-se claro que os problemas do povo, são diferentes do problema do General. Quem viaja de avião a jato, e passeia de ‘Galaxie’ (às custas do povo), nunca vai se preocupar com o preço da gasolina. Igualmente, quem está habituado a receber banquetes de 6.000 talheres, 3.000 kg de carne, 6.000 litros de chopp (também as custas do povo), pouco está se importando com o preço de um prato de comida. O povo não se engana mais, exige melhores condições de vida. Abaixo o populismo do General Figueiredo.

Ass. Diretório Central dos Estudantes DCE/UFSC, Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos – DACEB, Diretório Acadêmico do Centro da Saúde, Diretório Acadêmico do Centro de Educação – DACED, Diretório Acadêmico do Centro Sócio-Econômico.⁹⁸

O livro conta ainda com a versão do governador Jorge Bornhausen sobre a *Novembrada*, tirada de sua biografia, já citada, e uma apresentação do presidente do DCE da UFSC na época, Adolfo Dias. Juntamente com uma entrevista que ele concedeu ao Jornal de Santa Catarina falando sobre o movimento estudantil. Por fim, Pereira apresenta imagens trazendo a memória fotográfica da *Novembrada*.

Os três estudos analisados têm suas especificidades. Srouf apresenta análise e linguagem mais densa, problematizando a *Novembrada* no contexto político dos anos 70. Afirma que a manifestação como um marco histórico, que a história passa a se escrever antes e depois de Florianópolis. Miguel é mais descritivo e detalhista sobre os acontecimentos que englobam o

97 PEREIRA, M., op. cit., p. 110.

98 Ibid., p. 121-122.

episódio, dando ênfase ainda para a fuga de Adolfo e Ligia e ao julgamento dos estudantes. Pereira se diferencia por fazer de seu livro um “inventário”, trazendo diferentes elementos para abordar a Novembrada, como: entrevistas, fotografias, notas, cartas e reportagens da imprensa nacional. Com diferentes formas para abordar o assunto, em comum estas obras procuram mostrar a magnitude da Novembrada, não sendo só um protesto reduzido a um pequeno grupo de universitários, de forma de ela representou a insatisfação popular com o regime militar.

Além destas três obras, do cientista social Srouf, e dos jornalistas Miguel e Pereira, a temática da Novembrada conta com o depoimento de Jorge Konder Bornhausen falando dos bastidores do episódio, publicado no livro *Quem é... Jorge Bornhausen: uma biografia*, do também jornalista, Luiz Gutemberg. Mais um estudo é de Paschoal Pitsica, outro jornalista, sua pesquisa está nos Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 1996. Entretanto, recentemente os historiadores também começaram a dar suas contribuições sobre a Novembrada, em estudos constituídos através de trabalhos monográficos e artigos. Dentre eles temos: *A Novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense* - Juliana Sartori⁹⁹; *As mulheres na Novembrada: resistência e solidariedade* - Marlene de Fáveri¹⁰⁰; *Um outro olhar sobre a Novembrada* - Lidia Schneider Bristot¹⁰¹; *O que não consta na nota oficial: o que o governo escondeu sobre a Novembrada* - Priscila Correia.¹⁰²

2.3 A NOVENBRADA CHEGA AO CINEMA

As produções cinematográficas que surgem no período de Ditadura Militar no Brasil voltam-se para temas alheios as críticas sociais. Cláudio Renato de Moraes Moreira¹⁰³ traz o exemplo do cineasta Roberto Farias, que no início dos anos 60 foi um dos expoentes do Cinema Novo – Segundo Brandão e Duarte¹⁰⁴ esta abordagem do cinema trabalha com elementos da realidade. Apresentando um discurso crítico em relação à situação político-social do Brasil, o Cinema Novo brasileiro foi um dos mais destacados dentre os vários cinemas novos do mundo

99 SARTORI, op cit.

100 FÁVERI, Marlene de. **As mulheres na Novembrada**: resistência e solidariedade. Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 48 – 53, nov/dez 2008

101 BRISTOT, op. cit.

102 CORREIA, Priscila. **O que não consta na nota oficial**: o que o governo escondeu sobre a Novembrada. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.5, n.2, 2011.

103 BATALHA, Claudio H. M.. **Pra Frente Brasil**: o retorno do cinema político. In SOARES, Mariza de C., FERREIRA, Jorge. *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 138.

104 BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Polêmica). P.69.

(italiano, francês, alemão, etc.). - Porém, durante o regime militar suas produções passaram a apresentar um conteúdo conformista, tendo o cantor Roberto Carlos como herói.

No entanto, com a abertura política na década de 80 o cinema político voltava a ter evidência. Em 1982 o filme “Pra frente Brasil” tem fama de ser o primeiro a tentar lidar com o tema da tortura e do desaparecimento político. No decorrer dos anos, vários filmes foram sendo produzidos abordando o regime militar brasileiro, entre eles *Lamarca* de Sérgio Rezende e *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto.

Da mesma forma surge o filme *Novembrada* sobre a manifestação estudantil de 1979 em Santa Catarina. Foi filmado em 97, em Florianópolis, nos locais originais do evento, entre eles as escadarias da catedral, a praça XV e o palácio Cruz e Souza. O filme conta com roteiro e direção do cineasta Eduardo Paredes, nascido em Curitiba (PR). Paredes foi morar em Florianópolis em 1980, como correspondente do jornal que trabalhava, e onde reside ainda hoje.

Novembrada foi lançado em 98, “contou com 1.300 figurantes e custou R\$ 300 mil”.¹⁰⁵ Um ano antes, o orçamento do filme era de R\$ 90 mil, e começaria a ser filmado com R\$ 30 mil recebidos do Edital Cultura Viva de incentivo a arte da fundação Catarinense de Cultura.¹⁰⁶ Este filme ganhou três prêmios no festival de cinema de Gramado (RS) de 1998, melhor Direção de Arte, melhor filme na categoria curta-metragem pelo júri popular e foi um dos cinco ganhadores do Premio Canal Brasil no mesmo festival. Como fica evidenciado o filme teve boa aceitação da crítica.

Em 1998 estava ocorrendo eleições presidenciais no Brasil, desta forma, os patrocinadores solicitaram que Paredes só lançasse o filme depois de encerrado o período eleitoral, pois não queriam apoiar um projeto que pudesse intervir de alguma forma na campanha. Mesmo achando que seu filme não influenciaria em nada a eleição, ainda por que faz referência a outro momento político e outros personagens, Paredes aceita a condição lançando o filme somente após o fim das eleições, expõe em entrevista ao Jornal *A Notícia*.¹⁰⁷

Paredes produziu o filme “Desterro” (1992) que também se refere à Florianópolis, “A Novembrada” é seu segundo filme referente o estado, ou seja, observa-se que ele busca demonstrar assuntos ligados a Santa Catarina em seus projetos. “A Novembrada” e “Desterro” são os filmes de maior destaque do diretor, é possível encontrar nomes de outros trabalhos do

105 **KIKITO para filme Catarina**. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/ago/19/0ane.htm>> Acesso em: 28/10/2013

106 Jornal *A notícia*, 26 de julho de 1997.

107 **KIKITO para filme Catarina**. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/ago/19/0ane.htm>> Acesso em: 28/10/2013

cineasta, mas a dificuldade de ter mais informações passa a ideia de que tiveram menos repercussão, ou até não chegaram a ser finalizados.

O filme retrata o acontecimento com cenas curtas, elas aparecem em ordem cronológica, e expressam os acontecimentos de acordo com os compromissos de Figueiredo em Florianópolis. Muitas cenas são complementadas com fotografias da manifestação em 79, desde as tiradas das agitações, por jornalistas, como também as tiradas pelos PMs para identificar os revoltosos.

Quanto ao áudio, o diretor diz querer colocá-lo “como uma sinfonia de falas e sons da cidade e da multidão,”¹⁰⁸ e acaba por fazer assim. As falas e o barulho expressado pela multidão se ajustam a trilha sonora. Trilha sonora esta, que apresenta duas musicas que refletem sobre o período militar brasileiro, período que ambas acabaram sofrendo com a censura. A primeira “Pra não dizer que não falei das flores” do cantor e compositor Geraldo Vandré, mostra em seus versos características sociais e políticas do período Militar, o refrão fala que se deve lutar por melhorias (fim deste regime), não basta querer que aconteçam, é preciso lutar, pois “quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” A segunda é “Apesar de você” do também cantor e compositor, Chico Buarque, nesta o autor manifesta a certeza que dias melhores virão com o fim do período militar, dizendo ainda que este “vai se dar mal.”

Na época saiu alguns artigos em jornais falando sobre o curta-metragem “Novembrada”. Em entrevista ao jornal A notícia¹⁰⁹, o diretor diz que seu objetivo é fazer um filme sobre um episódio que considera épico, esclarecendo que não tem preocupação em fazer um trabalho histórico, e “sim em fazer cinema”. Porém, “o filme ficcional, independente de sua “qualidade” ou reconhecimento a partir de valores estéticos, também pode ser percebido, por parte do publico, como fonte de “verdade histórica”. ”¹¹⁰

O historiador Marcos Napolitano¹¹¹ analisando Marc Ferro, conta que para este, o trabalho ficcional pode manipular a verdade. Porém a nova historiografia critica esta perspectiva, expondo que qualquer produção cinematográfica, sendo ficcional ou de caráter histórico “manipula” a verdade. Pois nas produções são feitas escolhas, na forma de enquadramento da câmera, nos diálogos, na edição, entre outros.

108 **KIKITO para filme Catarina**. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/ago/19/0ane.htm>> Acesso em: 28/10/2013

109 Ibid., online.

110 NAPOLITANO, op. cit., p. 241.

111 Ibid., p.243.

Contudo, é possível observar que no curta-metragem *Paredes* busca retratar os acontecimentos do dia 30 de novembro de 1979, assim, fazendo da sua obra uma interpretação fílmica do passado. “Dentro do campo ficcional esta abordagem se caracteriza por encenar o passado com os olhos voltados para o presente.”¹¹² Isto é, o benefício da obra cinematográfica no contexto que foi produzida, tal como servir de fonte e divulgação do momento histórico interpretado.

Podemos perceber algumas cenas do filme, entre elas a cena inicial que mostra os preparativos para a visita do Presidente, de um lado os funcionários do governo conferindo os detalhes da festa, está seria a primeira visita do Figueiredo como presidente ao estado. Santa Catarina precisava fazer bonito, pois acordos políticos estavam em jogo, por exemplo, a Sidersul. Apesar do veto ao projeto uma semana antes ainda havia esperanças. Enquanto do outro os estudantes preparavam os cartazes e discutiam a organização do protesto. Este episódio pode ser compreendido pelos conflitos sociais existentes no momento interpretado, expressando que cada parcela da população defende seus interesses.

Outra cena é o momento que Figueiredo chega à ilha, em primeiro momento mostra colegiais que foram levados por suas professoras a pedido do governo do estado para saudar Figueiredo. Em segundo momento, quando Figueiredo abaixa o vidro do carro para cumprimentar os estudantes e é surpreendido por um painel de donas de casa, contra o alto custo de vida. Tudo evidencia que *Paredes* procurou apontar para criação de uma verdade oficial, de um presidente populista e um povo satisfeito, como também mostrar a situação real de descontentamento da população, que foi evidenciado nesta cena com o painel das donas de casa.

Sader,¹¹³ lembra das organizações de donas de casa que tiveram um papel importante na periferia sul de São Paulo, como clube de mães. Neste clube, mulheres que tinham uma condição financeira, ensinavam a outras de condição social inferior, a bordar, costurar dentre outros trabalhos manuais, da mesma forma, instruções de higiene e saúde. Expressando a desigualdade social na década de 70. O autor ainda explica que o Clube de mães foi envolvido com o Movimento do Custo de Vida, participantes passavam em diversas casas da periferia com um questionário sobre a renda familiar e o quanto era gasto, com a intenção de levar às

112 NAPOLITANO, op cit., p. 246.

113 SADER, op. cit., p. 200 .

autoridades a situação dos lares operários.¹¹⁴ Assim, o panelaço pelo alto custo de vida na capital catarinense constitui o indício que nos leva a crer que as donas de casa vinham se organizando também em Florianópolis.

Mais uma cena de relevância no filme, é o momento que populares contestam a placa em homenagem a Floriano Peixoto, a qual Figueiredo havia presenteado Santa Catarina. No fim do século XIX ocorreu a Revolta da Armada-RJ, que expressava a rivalidade entre marinha e exercito, e a Revolução Federalista-RS, que buscava maior autonomia dos estados. Elas tinham em comum fazer frente a Floriano Peixoto, então Presidente da Republica, os acontecimentos uniram estas revoltas na capital de Santa Catarina, na época ainda Desterro, onde declararam a capital provisória do Brasil.

Floriano Peixoto, conhecido como o Presidente mão de ferro, sufoca as duas revoltas e retoma o poder na cidade, mandando para o estado Antônio Moreira Cesar. “Desprovido de qualquer laço com as famílias catarinenses, Moreira César determina o massacre de catarinenses “inimigos da República” na Fortaleza de Anhatomirim.”¹¹⁵ Desta forma uma homenagem a Floriano Peixoto em Florianópolis seria descabida, a cena em questão expressa o desprezo da população ao presente Figueiredo.

Outra cena de relevância é quando Figueiredo beija uma criancinha, um clássico ritual entre os políticos. Considerando que havia uma preocupação em popularizar a imagem de Figueiredo, este ato do presidente pode-se considerar o caminho tradicional para alcançar o objetivo, pois é uma forma de mostrar aproximação com o povo.

A caracterização dos personagens também é importante, pois revela o grupo social a qual ele pertence, ou ainda se fazem parte de alguma instituição, como exemplo a farda policial. Nota-se na obra cinematográfica há um cuidado para escolher os atores e caracterizá-los de forma que se assemelhavam à pessoa interpretada, que não é um personagem inventado, e sim um personagem real que esteve na manifestação em 79. Sendo fundamental, pois mantém no filme a característica de reproduzir o fato histórico passado. Isso é evidente com os intérpretes dos sete estudantes que foram presos, do governador Jorge Bonhausen e do presidente Figueiredo. Este é interpretado por Lima Duarte, um ator que além da semelhança física com o presidente em questão, é um ator de renome nacional, único nome de expressão no curta-metragem. Presume-se

114 SADER, op. cit., p. 213.

115 KRIEGER, Saulo. **O “batismo” da Republica em Santa Catarina**. In Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 58 – 61, nov/dez 2008. P. 61.

que a escolha dele para interpretar de Figueiredo foi na intenção de destacar esse personagem, de forma que no filme desempenha o papel principal, onde os acontecimentos se desdobram a partir de suas ações.

O curta-metragem de Paredes pode gerar ao espectador muitas impressões, dentre elas a identificação. Quem viveu o período de Ditadura Militar, lembrar do caminho para a redemocratização nos anos 70; dos Movimentos Sociais que surgiam; da repressão a qualquer forma de expressão contrária contra a ordem vigente; resultados da crise econômica, inflação e alto custo de vida. Já os mais jovens, podem se identificar notando que muitas lutas estão em evidencia ainda hoje, percebendo que a manipulação e a repressão ainda existem, mesmo que tenha mudado o repressor.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa é referente à manifestação ocorrida em Santa Catarina em 1979, da qual teve o objetivo de repudiar a visita do então Presidente João Batista Figueiredo e reivindicar melhores condições de vida a população brasileira. Foi planejada por estudantes universitários, liderados pelo DCE da UFSC.

A manifestação eclodiu após adquirir apoio popular, as fontes aqui observadas colocam que a partir desse momento embora os estudantes tentassem controlá-los, acabaram perdendo o controle do protesto. Por fim, foram presos sete universitários ligados ao DCE da universidade, as fontes demonstram que esta atitude de prender somente estudantes foi na intenção de minimizar o episódio, mostrando que estava restrito a minoria estudantil.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, através da análise da imprensa, das obras bibliográficas e do cinema, fica evidente a magnitude da Novembrada, de forma que as fontes, com exceção das imediatistas (jornais), indicam que a manifestação catarinense ocorrida em 30 de novembro de 1979 foi de fundamental importância para o fim da Ditadura Militar e a redemocratização brasileira.

Com o objetivo de investigar as interpretações sobre a Novembrada, este trabalho traz uma análise da imprensa, porém, esta abordagem não é de grande apoio aos estudos sobre o assunto, pois já existe um leque de análises de como os periódicos evidenciaram a manifestação.

Contudo, a contribuição da presente pesquisa é a análise historiográfica das três obras a respeito da Novembrada, e a análise do filme “Novembrada”. Visto que até o momento as pesquisas sobre a referida temática, tem os livros e o filme apenas como fonte, a diferença deste trabalho é utilizá-los como material de análise.

Durante a elaboração deste trabalho ficou evidente nas fontes que a Novembrada é motivo de orgulho entre os catarinenses, assim como enfatizam sua importância como um marco no processo de redemocratização do Brasil. No entanto, a impressão para quem pesquisa é a Novembrada trazendo reconhecimento para o estado, pela coragem dos catarinenses de não temer protestar contra o presidente, sendo a manifestação notícia em todo o país. Ela pode até não ser um marco na história do Brasil como dizem as fontes, porém, é fato sua contribuição para encorajar os demais brasileiros na luta pela democracia.

REFERÊNCIAS

- ARMANDO, Boito Junior. **O sindicalismo de estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- BATALHA, Claudio H. M.. Pra Frente Brasil: o retorno do cinema político. In SOARES, Mariza de C., FERREIRA, Jorge. **A História vai ao Cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Polêmica)
- BRISTOT, Lidia Schneider. **Um outro olhar sobre a Novembrada**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984 - 3968, v.6, n.1, 2012.
- COSTA, Fabrício Roberto Costa. et al. **Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação**: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro. vol 2, nº 1, p. 33 – 50, 2010.
- CRUZ, Heloisa da Faria; PEIXOTO, Maria R. C.. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. In. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, p.1 – 413, dezembro, 2007.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi.(Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Organização e ação popular no Brasil nos anos 70 e 80**: Formas de ação e matrizes discursivas. In *Revista Dossiê*, junho de 2006.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KRIEGER, Saulo. **O “batismo” da República em Santa Catarina**. In Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 58 – 61, nov/dez 2008.
- LAMOUNIER, Bolivar. FARIA, José Eduardo. (org.) **O Futuro da Abertura**: Um Debate . São Paulo – Cortez: IDESP, 1981.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis**: A novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1995.
- MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetórias e experiências do movimento operário sindical de Criciúma- SC**: Da Ditadura Militar a Nova República (1964-1990), 2013. 214 f. Tese

(Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MORETTI, Serenito A.. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: SCP, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In PINSKY, Carla Bassanezi.(Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PAREDES, Eduardo . **Novembrada**. 1998. (Obra de artes visuais/Cinema).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os limites da “abertura” e a sociedade civil. In BARROS, Alexandre; et al. **Da distensão à abertura: As Eleições de 1982**. Org.: David Fleischer. Brasília – Editora Universidade de Brasília, 1988.

PEREIRA, Moacir. **Novembrada** – Um relato da revolta popular/ Florianopolis: insular, 2 ed. 2005.

RÉMOND, René. . **Por uma história política**. 2.ed Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. P. 464.

SADER, Eder, **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTORI, Juliana. **A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense**. Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 44 – 47, nov/dez 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SROUR, Robert Henry. **A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis**. São Paulo: Econômica Editorial, 1982.

TRINDADE, Héliqio. **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política**. Porto Alegre – Sulina, 1982.

ARQUIVOS

Jornal A Notícia, de novembro de 1998.

Jornal A Notícia, junho de 1997.

Jornal de Santa Catarina, 1 de dezembro de 1979.

Jornal de Santa Catarina, 2 e 3 de dezembro de 1979.

Jornal O Estado, 26 e 27 de julho de 1997.

Jornal O Estado, 4 de dezembro de 1979.

Jornal O Estado, 4 de dezembro de 1979.

Jornal O Estado, 6 de dezembro de 1979.

ON-LINE

ANISTIA Política. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/anistia-politica>> Acesso em: 07/09/2013.

HISTÓRIA da UNE. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em: 11/10/2013.

KIKITO para filme Catarina. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/ago/19/0ane.htm>> Acesso em: 28/10/2013